

PROJETO DE LEI N.º 2401 , DE 2003

Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados –OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBs, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se um parágrafo único no artigo 2º do Projeto de Lei n.º 2401/2003

“Art. 2º (.....)

Parágrafo único. Os procedimentos previstos nesta lei, não prescindem de estudo prévio de impacto ambiental, nas atividades causadoras de degradação do meio ambiente.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se a presente emenda da inserção em sede do projeto de lei de biossegurança da obrigatoriedade de estudo de impacto ambiental.

Para assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público, exigir nas atividades causadoras de degradação ambiental, estudo prévio de impacto ambiental.

Não é concebível no atual estágio do direito ambiental a dispensa de tais estudos em relação aos organismos geneticamente modificados.

Destarte, tal preceito visa dar concretude ao princípio da precaução elevado a esfera constitucional.

Sala das Sessões, em ____/____/____

**Deputada Janete Capiberibe
PSB/AP**